



HARMONIZAÇÃO  
DO SISTEMA  
FINANCEIRO COM O  
DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL

# O Futuro Clima Financeiro

DESTAQUES DO 4.º RELATÓRIO DE  
PROGRESSO DO INQUÉRITO

**EM TODO O MUNDO, CADA VEZ MAIS GOVERNOS, ENTIDADES REGULADORAS, CRIADORES DE NORMAS E INTERVENIENTES NO MERCADO ESTÃO A COMEÇAR A INCLUIR FATORES DE SUSTENTABILIDADE NAS REGRAS QUE REGEM O SISTEMA FINANCEIRO.** O Inquérito foi estabelecido em janeiro de 2014 para compreender esta tendência em rápido crescimento e produzir um conjunto de opções de políticas para fomentar as boas práticas. O nosso trabalho com uma série de parceiros, incluindo bancos centrais, instituições financeiras e organizações internacionais, destacou uma diversidade de catalisadores e abordagens no setor bancário, mercados de capitais, seguros e investimento. No Brasil, a integração de fatores ambientais e sociais na gestão de riscos está a ser vista como uma forma de fortalecer a resistência do sistema financeiro. Uma melhor divulgação do desempenho ambiental e social – por exemplo, através de requisitos do mercado de ações e de títulos em Singapura, África do Sul e nos EUA – é agora vista como necessária para fornecer eficácia de mercado. E para fornecer criação de valor durável na economia real, a eficácia do sistema financeiro deve ser melhorada, exemplificada através do surgimento de novos princípios, padrões e incentivos para o mercado em rápida evolução das obrigações ecológicas.

**O ANO DE 2015 MOSTRA-SE EMPENHADO NA INTENSIFICAÇÃO DESTE PROCESSO, COM OS GOVERNOS A CONCORDAR COM UMA ESTRUTURA GLOBAL PARA UM DESENVOLVIMENTO FINANCEIRO SUSTENTÁVEL.** Entre os passos essenciais está a conferência a realizar em julho sobre Finanças para o Desenvolvimento, o lançamento dos novos Objetivos da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, em setembro, e a finalização de um novo acordo sobre as alterações climáticas, em dezembro. Durante o trabalho do Inquérito ao nível nacional e internacional, o aproveitamento do sistema financeiro para fornecer segurança climática revelou-se como uma questão transversal essencial. Por conseguinte, estamos a centrar este documento – o quarto relatório de progresso do Inquérito – nas reformas financeiras que podem reduzir os riscos de ativos altos em carbono, aumentar o capital para a transição para reduzir o carbono e investir na proteção das economias contra desastres naturais e choques climáticos.

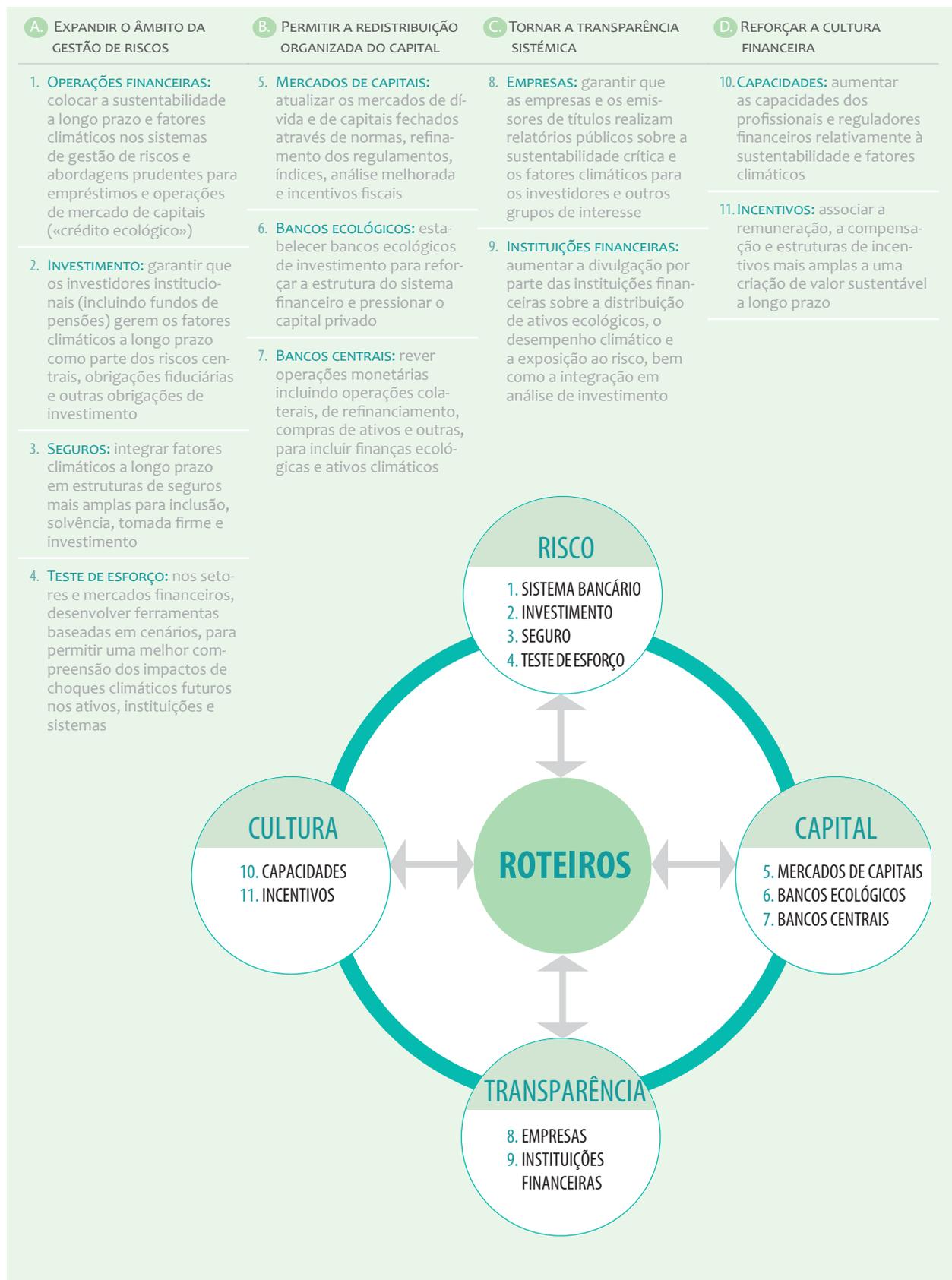
**OS CUSTOS DO ELEVADO CRESCIMENTO DO CARBONO INCLUEM GRAVES IMPACTOS PARA A SAÚDE E DISTÚRBIOS NA SEGURANÇA DAS INFRAESTRUTURAS, ÁGUA E ALIMENTOS, CONTRIBUINDO TODOS ESTES FATORES PARA O AUMENTO DA VOLATILIDADE DO MERCADO E IMPACTOS NA SUBSISTÊNCIA E NA ECONOMIA, PARTICULARMENTE NOS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO.** Por exemplo, o trabalho do Inquérito no Quênia destacou que a variabilidade climática existente custa já 2,4% do PIB por ano. Essencialmente, as falhas de mercado e de políticas resultaram numa avaliação estrutural incorreta dos riscos climáticos, exacerbada por um pensamento a curto prazo, incentivos desalinados e assimetrias de informação. Prevê-se um aprofundamento e intensificação deste dano – e os riscos podem tornar-se impossíveis de gerir caso as emissões de gases de estufa não sejam reduzidas a níveis nulos entre 2055 e 2070.

**É NECESSÁRIA UMA ABORDAGEM ABRANGENTE PARA FINANCIAR ESTA TRANSIÇÃO.** Para incentivar a procura de um financiamento ecológico são necessárias ações mais fortes, por exemplo, através dos preços do carbono e incentivos para energia limpa. As finanças públicas serão também cruciais, mas podem apenas fornecer parte do capital necessário ao nível nacional e internacional. Na China, o investimento anual na indústria ecológica poderá atingir os 320 mil milhões de dólares americanos nos próximos cinco anos, sendo que o governo consegue apenas fornecer 10 a 15 por cento do total. Portanto, o Banco Popular da China elaborou recentemente um relatório com o Inquérito, definindo um conjunto abrangente de recomendações para estabelecer o «sistema financeiro ecológico» da China.

**AS NOSSAS CONCLUSÕES SUGEREM O SURGIMENTO DE UMA NOVA FORMA DE PENSAR.** Para os responsáveis pela gestão do sistema financeiro, a tarefa consiste em permitir a transição organizada de investimentos altos em carbono para outros baixos em carbono, e também de ativos vulneráveis para resistentes. Esta transição está já em curso, por exemplo, com um crescimento de 17% nos investimentos globais em energia renovável em 2014, fazendo com que a energia limpa ocupe agora quase metade da capacidade energética líquida acrescentada em todo o mundo. Como em todas as alterações financeiras, este facto está a gerar um conjunto de riscos de transição para ativos estabelecidos – riscos que não se refletem em modelos convencionais para fornecer estabilidade financeira e, por isso, mantêm a perspectiva de ativos retidos.



É ESSENCIAL FOCAR O DESAFIO FINANCEIRO EM TORNO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, NO CONTEXTO MAIS AMPLO DA ECONOMIA ECOLÓGICA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PARA MOBILIZAR OS MILHÕES NECESSÁRIOS. Inspirando-nos nas políticas inovadoras a nível nacional, identificámos uma série de medidas que podem fazer da segurança climática parte da estrutura global de desempenho de um sistema financeiro sustentável. Estas políticas abrangem o risco, a mobilização do capital, a transparência e a cultura. Cada país deverá decidir de que forma estas opções se relacionam com o respetivo sistema financeiro e as prioridades de ação.



**AS POLÍTICAS PARA MELHORAR A GESTÃO DE RISCOS E AS ABORDAGENS CAUTELARES POR PARTE DE BANCOS, COMPANHIAS DE SEGUROS E INVESTIDORES INSTITUCIONAIS SÃO ESSENCIAIS.** Um exemplo é a revisão das implicações das alterações climáticas para as companhias de seguros efetuadas pela Autoridade Reguladora Cautelar do Banco de Inglaterra. Está também disponível uma série de ferramentas políticas para mobilizar o capital. Para além das «obrigações ecológicas», o trabalho do Inquérito na Índia destacou um âmbito considerável para fundos de investimento listados (ou «yieldcos») para finanças de energia limpa. Os bancos centrais podem também focar as suas operações monetárias na economia ecológica, como está a fazer o Banco de Bangladeche com os seus mecanismos de refinanciamento.

**AS ESTRUTURAS MELHORADAS DE COMUNICAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE CRÍTICA E FATORES CLIMÁTICOS SÃO TAMBÉM ESSENCIAIS PARA GARANTIR A RESPONSABILIZAÇÃO.** As forças de mercado, por si só, revelaram-se insuficientes para fornecer a amplitude, a profundidade ou a consistência de divulgação empresarial necessárias, incitando a uma proposta de «convenção de comunicação modelo» numa apresentação feita ao Inquérito da Comissão de Padrões de Divulgação Climática (CPDC). É também necessária uma maior divulgação por parte das instituições financeiras sobre os fluxos financeiros ecológicos, a pegada ecológica e o risco climático.

**PARA QUE TUDO ISTO ACONTEÇA, A CULTURA FINANCEIRA DEVERÁ SER FORTALECIDA ATRAVÉS DE COMPETÊNCIAS E CAPACIDADES MELHORADAS, BEM COMO INCENTIVOS ALINHADOS COM A CRIAÇÃO DE VALOR SUSTENTÁVEL – DUAS PRIORIDADES QUE FORAM DESTACADAS NA CONTRIBUIÇÃO DA SUÍÇA PARA O INQUÉRITO.** Por fim, o reforço do sistema financeiro feito desta forma é um exercício estratégico que envolverá um esforço sustentado. Tomemos o exemplo do regulador financeiro da Indonésia, OJK, que desenvolveu um Roteiro abrangente para Finanças Sustentáveis, com um pacote de medidas a sequenciar ao longo da próxima década.

**COM BASE NESTA EXPERIÊNCIA ASCENDENTE AO NÍVEL NACIONAL, ESTÃO AGORA A SURTIR VÁRIAS VIAS PROMISSORAS PARA A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.** Tal facto poderá ajudar a avaliar os impactos das iniciativas existentes, a partilhar as boas práticas e a garantir a coerência com os regimes internacionais. Para além das negociações formais sob os auspícios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, estão agora em curso discussões sobre como refletir os fatores climáticos na arquitetura financeira global. Por exemplo, os ministros das finanças do G20 e os governadores do Banco Central pediram à Comissão de Estabilidade Financeira para explorar de que forma o setor financeiro poderia enfrentar as questões climáticas. Outras oportunidades incluem o potencial para realizar investigação em colaboração entre bancos centrais, esforços para ligar inovações nacionais com os acordos bancários da Basileia e a coordenação entre reguladores de títulos e organismos de normas contabilísticas para trazer coerência à comunicação climática.

**AÇÕES COMO ESTAS FARÃO MAIS DO QUE REFORÇAR A SEGURANÇA CLIMÁTICA – CONTRIBUIRÃO TAMBÉM PARA UM SISTEMA FINANCEIRO MAIS EFICIENTE, EFICAZ E RESISTENTE.** Estão em curso os esforços iniciais para estabelecer um sistema financeiro que mantenha o aquecimento global abaixo dos 2 °C, esforços que se pretende aprofundar nos próximos anos. Numa época de crescimento mundial reduzido, taxas de juros baixas e necessidades sem resposta, uma abordagem concertada para canalizar o capital para a próxima onda de infraestrutura e inovação faz sentido, sob um ponto de vista estratégico. Este é o clima financeiro que se avizinha.



Poderá encontrar mais informações sobre o Inquérito, incluindo as referências citadas neste resumo, bem como a versão completa deste relatório em:

[www.unep.org/inquiry](http://www.unep.org/inquiry)

ou em:

[mahenau.agma@unep.org](mailto:mahenau.agma@unep.org)

**Exoneração de responsabilidade:** As designações utilizadas e a apresentação do material nesta publicação não subentendem a expressão de qualquer tipo de opinião por parte do Programa das Nações Unidas para o Ambiente relativamente ao estatuto legal de qualquer país, território, cidade ou área ou das respetivas autoridades, ou relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites. Além disso, as opiniões expressas não representam necessariamente a decisão ou a política oficial do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, nem a referência de designações comerciais ou de processos comerciais constitui um apoio público aos mesmos. Direitos de Autor © Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 2015.